

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DAVID SILVA RAMOS**

**O impacto do monopólio político da elite americano-liberiana sobre o  
desenvolvimento socioeconômico e educacional da população nativa da  
Libéria (1822–1980)**

**GOIÂNIA**

**2026**

DAVID SILVA RAMOS

**O IMPACTO DO MONOPÓLIO POLÍTICO DA ELITE AMERICO-LIBERIANA  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL DA  
POPULAÇÃO NATIVA DA LIBÉRIA (1822–1980)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial de avaliação da Trabalho de Conclusão I no curso de Graduação em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em 2026/1.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary  
Francisca Neves Silva

GOIÂNIA

2026

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

H918h      RAMOS, David Silva  
O impacto do monopólio político da elite americano  
liberiana sobre o desenvolvimento socioeconômico e  
educacional da população nativa da Libéria (1822-1980)  
/ David      Silva Ramos. - Goiânia -Goiás,  
2026.  
42 f.

Orientadora: Rosemary Francisca Neves Silva.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola  
de Formação de Professores e Humanidades, Curso de  
História. Licenciado em História, 2026.

1. Libéria;. 2. Elite americano-liberiana;. 3.  
Partido True Whig;. 4. Exclusão sociopolítica;. 5.  
Desigualdade educacional. I. Neves Silva, Rosemary  
Francisca , orient. II. Título.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Rua 227, Qd. 66, n. 3669 – CEP 74.605-080 | Leste Universitário  
Contato: (62) 3946 1686 | historia.pucgoias@yahoo.com.br  
WhatsApp Business: (62) 3946 1686



## ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 16 dias do mês de junho de 2026, das 18h às 19h, na Sala Multiuso II da Escola de Formação de Professores e Humanidades (Área 6) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, realizou-se a defesa do Trabalho Monográfico intitulado **“O Impacto do Monopólio Político da Elite Americo-Liberiana sobre o Desenvolvimento Socioeconômico e Educacional da População Nativa da Libéria (1822–1980)”**, de autoria do discente **David Silva Ramos**, do Curso de Licenciatura em História.

A Banca Avaliadora foi composta pela **Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva (Presidente/Orientadora)** e pela **Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**.

Após a apresentação do trabalho e a arguição realizada pela banca, a comissão reuniu-se para deliberação e considerou o candidato **APROVADO**, atribuindo-lhe o Conceito 7,0.

Goiânia, 08 de junho de 2026.

**Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva**  
**Presidente/Orientadora**

**Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**  
**Membro Avaliador**

## **AGRADECIMENTOS**

Há pesquisas que se realizam apenas nos livros. Esta, porém, foi também uma travessia.

Ao percorrer a história da Libéria, de seus encontros, desencontros, conflitos e esperanças, compreendi que todo caminho de conhecimento é igualmente um caminho de humanidade. Por isso, agradeço, antes de tudo, a Deus, fonte de sabedoria e inspiração, que sustentou cada etapa desta jornada e me concedeu serenidade para seguir adiante diante dos desafios.

À minha família, pelo amor silencioso, pelo apoio constante e pela confiança depositada em meus sonhos. Vocês foram porto seguro nos momentos de incerteza e força nas horas em que o percurso parecia mais difícil.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva, minha profunda gratidão pela generosidade intelectual, pela escuta atenta, pela orientação segura e pelo incentivo constante ao longo desta pesquisa. Sua dedicação foi fundamental para a construção deste trabalho e para meu crescimento acadêmico e humano.

À Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, expressei meu sincero agradecimento pelas valiosas contribuições acadêmicas, pelas reflexões compartilhadas e pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa. Sua disponibilidade para o diálogo e seu compromisso com a produção do conhecimento enriqueceram significativamente minha formação e contribuíram para o amadurecimento deste estudo.

Aos professores do curso, que ao longo da graduação compartilharam conhecimentos, inquietações e reflexões que ampliaram meu olhar sobre a História e sobre o mundo.

Aos colegas e amigos que caminharam ao meu lado, dividindo desafios, aprendizados e experiências que tornaram esta trajetória mais leve e significativa.

Por fim, agradeço àqueles que, mesmo separados por séculos e oceanos, deram sentido a esta pesquisa: homens e mulheres cujas histórias atravessaram o Atlântico, carregando consigo memórias, perdas, resistências e esperanças. Que o estudo de suas trajetórias nos recorde que a história não é apenas a narrativa dos

acontecimentos, mas também a preservação da dignidade humana e da memória dos povos.

Concluo este trabalho com a convicção de que conhecer o passado é uma forma de compreender o presente e de cultivar a esperança de sociedades mais justas, inclusivas e humanas.

Meu sincero agradecimento a todos que fizeram parte desta caminhada.

## SUMÁRIO

|          |                                                                          |           |
|----------|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
|          | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                        | <b>9</b>  |
| <b>1</b> | <b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA LIBÉRIA</b>                        | <b>11</b> |
| 1.1      | FUNDAÇÃO DA LIBÉRIA E REPATRIAMENTO DE AFRO-AMERICANOS                   | 11        |
| 1.2      | CONFLITOS ENTRE EX-ESCRAVOS E POPULAÇÕES NATIVAS                         | 13        |
| 1.3      | RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA                   | 15        |
| <b>2</b> | <b>CAPÍTULO 2 – DOMÍNIO POLÍTICO DA ELITE AMERICO-LIBERIANA</b>          | <b>18</b> |
| 2.1      | FORMAÇÃO E ASCENSÃO DO PARTIDO TRUE WHIG (TWP)                           | 18        |
| 2.2      | MECANISMOS DE EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NATIVA                               | 21        |
| 2.3      | IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MONOPÓLIO POLÍTICO                      | 25        |
| <b>3</b> | <b>CAPÍTULO 3 – CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E EDUCACIONAIS</b>         | <b>30</b> |
| 3.1      | ACESSO À EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NATIVA                    | 31        |
| 3.2      | DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E EMPREGOS PÚBLICOS                                | 33        |
| 3.3      | REFLEXOS DO DOMÍNIO DO TWP NO COLAPSO ECONÔMICO E INSTABILIDADE PÓS-1980 | 37        |
|          | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                              | <b>39</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                       | <b>42</b> |

## RESUMO

Esta pesquisa analisa os impactos do monopólio político exercido pela elite americo-liberiana sobre o desenvolvimento socioeconômico e educacional da população nativa da Libéria entre 1822 e 1980. O estudo busca compreender de que maneira a concentração do poder político, especialmente durante o domínio do Partido True Whig, restringiu a participação cidadã e o acesso da população nativa aos direitos, às oportunidades econômicas e à educação. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com utilização da análise de conteúdo para a interpretação cronológica de livros, artigos acadêmicos, registros oficiais e documentos históricos. Os resultados demonstram que a organização do Estado liberiano foi marcada, desde sua formação, pela concentração das instituições políticas, administrativas, econômicas e educacionais nas mãos dos americo-liberianos. A hegemonia do Partido True Whig aprofundou esse processo ao restringir a representação política das populações nativas, concentrar cargos públicos e recursos econômicos e favorecer relações de patronagem e dependência em relação ao Estado. No campo educacional, o acesso desigual às instituições de ensino e a valorização de referenciais culturais vinculados aos repatriados contribuíram para a reprodução de hierarquias sociais e para a limitação da mobilidade social. Conclui-se que o monopólio político da elite americo-liberiana condicionou o desenvolvimento da Libéria, fortaleceu desigualdades históricas e enfraqueceu a legitimidade das instituições. As tensões produzidas por essa estrutura excludente contribuíram para a crise política e para a ruptura da ordem estabelecida em 1980.

**Palavras-chave:** Libéria; Elite Americo-Liberiana; Partido True Whig; Exclusão Sociopolítica; Desigualdade Educacional.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o impacto do monopólio político exercido pela elite americano-liberiana sobre o desenvolvimento socioeconômico e educacional da população nativa da Libéria entre os anos de 1822 e 1980.

A escolha deste tema justifica-se pela singularidade da experiência histórica liberiana, fundada no início do século XIX por ex-escravos americanos com o apoio da Sociedade Americana de Colonização (S.A.C.). Embora idealizada como a "Terra da Liberdade", a nação consolidou uma desigualdade estrutural em que o grupo repatriado — os americano-liberianos — ocupou a elite política e econômica, marginalizando os direitos da população nativa, que só conquistou a cidadania em 1904.

O objeto deste estudo concentra-se na análise das dinâmicas de poder e exclusão promovidas pelo Partido True Whig (TWP), que dominou a política liberiana por mais de um século, monopolizando recursos e cargos públicos. A justificativa reside na relevância de compreender como essa exclusão impactou a distribuição de poder e o crescimento econômico a longo prazo, culminando na instabilidade política e no colapso econômico observado em 1980.

Diante deste contexto, o problema que norteia a pesquisa é: como o controle político da elite americano-liberiana e a exclusão da população nativa influenciaram o desenvolvimento econômico, social e educacional da Libéria durante o domínio do Partido True Whig (TWP)? A hipótese levantada é que esse monopólio político limitou a participação cidadã e o acesso a direitos básicos, contribuindo para a passividade política e a dependência econômica da maioria da população.

O Estado da Arte revela que a análise das estruturas estatais africanas deve considerar o Estado como um espaço de disputa e apropriação pelas elites, muitas vezes funcionando através de redes de clientelismo e patrimonialismo. Autores como Bayart (1993) e Englebert (2000) destacam que a falta de legitimidade institucional leva as elites a práticas neopatrimoniais para manter o poder. No caso específico da educação, Dillon (2008) aponta que o sistema educacional liberiano serviu como mecanismo de reprodução de privilégios da elite. O referencial teórico fundamenta-se nos conceitos de elite política e patrimonialismo, exclusão social e cidadania, e desenvolvimento socioeconômico. A pesquisa utiliza autores como Yates (1996), que

discute o Estado rentista, e Bernault (2001), que analisa as consequências da má governança e da apropriação de rendas por funcionários estatais.

A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e caráter histórico-descritivo. O estudo baseia-se em levantamento bibliográfico e documental (livros, artigos e registros oficiais), utilizando a técnica de análise de conteúdo para interpretar os dados coletados cronologicamente.

Por fim, a proposta dos três capítulos que estruturam o trabalho é a seguinte: Contexto Histórico da Libéria: Analisa a fundação do país pela ACS, o repatriamento de afro-americanos e os conflitos iniciais com as populações nativas. O Domínio do Partido True Whig (TWP): Investiga os mecanismos de consolidação do monopólio político e a exclusão institucional da população nativa. Impactos Socioeconômicos e Educacionais: Avalia as consequências desse domínio sobre o acesso à educação e o desenvolvimento econômico até o golpe de 1980.

## **CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA LIBÉRIA**

Este capítulo tem como objetivo contextualizar historicamente a Libéria, analisando o processo de sua fundação, o repatriamento de afro-americanos e os primeiros conflitos com a população nativa. Serão abordados aspectos que permitiram a consolidação do país como a primeira república africana independente, destacando a construção de sua soberania internacional.

O capítulo está organizado em três seções: 1.1 trata da fundação da Libéria e do repatriamento de afro-americanos, 1.2 examina os conflitos entre ex-escravos e populações nativas, e 1.3 discute o reconhecimento internacional do país e a construção de sua soberania. A análise será realizada a partir de levantamento bibliográfico e documental, utilizando livros, artigos acadêmicos e documentos históricos que permitam compreender o contexto social, político e cultural da Libéria nos séculos XIX e XX. A metodologia qualitativa de caráter histórico-descritivo será aplicada para identificar eventos-chave, relações de poder iniciais e os impactos da chegada dos repatriados sobre a população nativa.

### **1.1 FUNDAÇÃO DA LIBÉRIA E REPATRIAMENTO DE AFRO-AMERICANOS**

A fundação da Libéria em 1847 representou um marco singular na história política africana, consolidando-se como a primeira república independente do continente. Essa formação não foi resultado de um processo emancipatório interno, mas de um projeto externo, conduzido pela American Colonization Society (ACS), organização estadunidense que defendia o envio de negros libertos para o continente africano. A ACS justificava tal prática pela crença de que afro-americanos livres representavam um risco à ordem social nos Estados Unidos, cujas estruturas político-raciais estavam profundamente enraizadas na ideologia escravocrata. Conforme seu discurso oficial, o retorno ao continente materno garantiria oportunidades e liberdade aos libertos; entretanto, como observa Costa e Silva (1994), tratava-se também de uma estratégia para preservar o equilíbrio racial e político da sociedade norte-americana.

Nesse contexto, milhares de afro-americanos foram repatriados, atravessando o Atlântico em condições adversas e enfrentando dificuldades extremas na adaptação

ao novo território. Muitos dos recém-chegados desconheciam as tradições locais e possuíam formação cultural fortemente influenciada pelos valores norte-americanos, o que produziu tensões imediatas com os povos nativos. Como sintetiza Souza (2013), o retorno dos libertos à África não deve ser interpretado como simples reencontro com sua origem ancestral, mas como um fenômeno complexo de deslocamento e reconstrução identitária, permeado por conflitos culturais, sociais e políticos.

Entre 1822 e o final do século XIX, aproximadamente 15 mil afro-americanos foram transferidos para a Libéria pela American Colonization Society. A esse contingente somaram-se cerca de 5 mil africanos libertados de navios negreiros interceptados pela marinha norte-americana, conhecidos como *recaptives*. Embora numericamente minoritários em relação às populações indígenas, os americano-liberianos passaram a controlar as principais instituições políticas, econômicas e religiosas do novo Estado (Dunn; Beyan; Burrowes, 2001).

A American Colonization Society (ACS), fundada em 1816, reunia grupos com interesses distintos. Enquanto alguns membros defendiam a colonização como alternativa para a emancipação gradual da população negra livre, outros consideravam sua presença uma ameaça à ordem escravista dos Estados Unidos. Em 1821, representantes da ACS negociaram a aquisição da região de Cape Mesurado, onde foi estabelecido o primeiro assentamento permanente que, em 1822, daria origem à cidade de Monróvia. Esse processo marcou o início da ocupação organizada do território que posteriormente se transformaria na República da Libéria (Clegg, 2004).

Esse processo, portanto, não consistiu apenas em um ato emancipatório; foi também uma experiência de colonização invertida, na qual indivíduos afrodescendentes — outrora vítimas de um sistema opressor — assumiram posições de poder e, em muitos casos, reproduziram estruturas de dominação aprendidas no contexto americano. Para Costa e Silva (1994), a Libéria nasceu marcada pelo paradoxo entre liberdade e exclusão: apesar de seu discurso libertário, o Estado emergente instituiu práticas de segregação e privilégios políticos aos repatriados, inaugurando um modelo de governo que replicava os padrões de hierarquização racial presentes nos Estados Unidos.

Ao dialogar com esse argumento, Souza (2013) enfatiza que os projetos políticos dos repatriados eram atravessados por idealizações do Ocidente e pela

tentativa de estabelecer instituições republicanas e cristãs em solo africano. Tal empreendimento, contudo, encontrou resistência entre as populações autóctones, que não reconheciam a legitimidade da nova elite americo-liberiana e se defrontavam com a imposição de novos padrões políticos, econômicos e culturais(Souza, 2013; Sawyer, 1992).

Dessa forma, a fundação da Libéria deve ser compreendida como uma experiência de encontro e choque civilizatório, marcada por disputas de poder, transformações identitárias e tentativas de reconfigurar estruturas sociais em torno de um modelo político inspirado nos Estados Unidos. Como observa Souza (2013), esse retorno não representou um reatamento orgânico com raízes africanas, mas uma “reinvenção desigual de identidades no espaço atlântico afro-diaspórico”, em que antigos oprimidos passaram a ocupar posições de poder, reproduzindo práticas próprias do sistema que os marginalizara.

Assim, o nascimento da Libéria revela um processo híbrido: emancipador sob a ótica da diáspora afro-americana e, simultaneamente, colonial em relação às populações nativas. Essa contradição fundante será determinante para compreender as dinâmicas políticas e sociais que moldaram o país nos séculos XIX e XX, incluindo o surgimento e a hegemonia da elite americo-liberiana e seu impacto duradouro sobre as estruturas de poder e exclusão social.

Ao longo do século XIX, consolidou-se uma elite política formada pelos descendentes dos repatriados. Essa camada social controlava o governo, o comércio exterior, as missões religiosas e o sistema educacional. A adoção de padrões culturais inspirados nos Estados Unidos contribuiu para diferenciar os americo-liberianos das populações indígenas e reforçar sua posição privilegiada na estrutura social do país (Sawyer, 1992).

## 1.2 CONFLITOS ENTRE EX-ESCRAVOS E POPULAÇÕES NATIVAS

A chegada dos afro-americanos à Libéria, a partir do início do século XIX, não foi recebida de forma homogênea pelas populações nativas, gerando tensões imediatas. Essas divergências foram desencadeadas por diferenças culturais, linguísticas e territoriais, que se intensificaram à medida que os repatriados passaram a assumir posições de poder e impor normas e valores inspirados nos modelos

estadunidenses. Como aponta Doğan (1999), a disputa por território e controle de recursos é uma constante na história africana, e o caso da Libéria não foi exceção: “as fronteiras políticas e sociais não eram neutras, mas espaço de conflito e negociação entre grupos com diferentes interesses” (Doğan, 1999, p. 5).

Entre os principais grupos étnicos presentes na região encontravam-se os Kpelle, Bassa, Gio, Kru, Grebo e Vai. A chegada dos colonos provocou disputas relacionadas ao controle territorial, às rotas comerciais e à autoridade política local. Em vários momentos do século XIX ocorreram confrontos armados entre assentamentos americano-liberianos e lideranças indígenas que resistiam à expansão da nova colônia (Dunn; Beyan; Burrowes, 2001).

Somente em 1904 foram ampliados mecanismos formais de integração política dos grupos nativos, embora permanecessem restrições econômicas, educacionais e administrativas que limitavam sua participação efetiva nas estruturas de poder (Sawyer, 1992).

Os repatriados, que se viam como civilizadores, procuraram estruturar uma nova ordem social e política, baseada nos princípios republicanos estadunidenses, reforçando uma hierarquia que privilegiava os afro-americanos sobre as populações nativas. Essa imposição gerou resistência entre as comunidades locais, que perceberam suas tradições, territórios e modos de vida sendo ameaçados. Hermann (2011) argumenta que a construção de soberania em contextos de diversidade cultural envolve sempre a negociação de legitimidade e autoridade: “a soberania não é apenas uma questão de reconhecimento internacional, mas também de capacidade de mediar e integrar demandas internas divergentes” (Hermann, 2011, p. 14). No caso liberiano, essa mediação foi insuficiente, e os conflitos internos se intensificaram.

Além disso, a introdução de práticas administrativas, legais e religiosas pelos repatriados interferiu diretamente nas estruturas sociais locais, estabelecendo um modelo de governança que favorecia o grupo dominante. A exclusão não se restringia à esfera cultural. Durante décadas, grande parte da população indígena permaneceu afastada da participação política efetiva, sendo submetida a formas indiretas de administração estatal. A cidadania plena e o acesso aos mecanismos institucionais foram progressivamente regulados por uma elite que associava civilização e capacidade política aos padrões culturais americano-liberianos (Sawyer, 1992).

Doğan (1999) enfatiza que, na África Negra, tais processos de imposição externa de normas frequentemente provocam resistência, negociações e rearranjos territoriais, sendo reflexo de dinâmicas de poder complexas. Esse fenômeno é claramente observado na Libéria, onde a elite americo-liberiana utilizou o controle político e institucional como mecanismo de afirmação sobre os povos autóctones.

Portanto, os conflitos entre ex-escravos e populações nativas não apenas marcaram os primeiros anos da Libéria, mas também revelam dimensões centrais das relações de poder, identidade e pertencimento no processo de formação do Estado liberiano. A análise desses embates é essencial para compreender como a imposição de uma nova ordem social e política moldou as fundações institucionais e sociais do país, criando padrões de exclusão e hierarquização que perdurariam ao longo do domínio da elite americo-liberiana (Sawyer, 1992).

Em síntese, o estudo das tensões iniciais evidencia que a construção da Libéria não pode ser entendida apenas como um ato de emancipação dos afro-americanos, mas como um complexo processo de encontro e choque entre culturas, interesses e identidades, cujo efeito estrutural sobre a sociedade nativa permanece um ponto crucial para a compreensão do desenvolvimento político, social e econômico do país nos séculos XIX e XX.

### 1.3 RECONHECIMENTO INTERNACIONAL E CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA

Após sua fundação, a Libéria enfrentou desafios significativos para obter reconhecimento internacional e afirmar sua soberania em um continente majoritariamente submetido ao expansionismo colonial europeu. Situada estrategicamente na costa oeste africana, a jovem república precisava negociar sua existência em meio a interesses conflitantes de potências europeias, que buscavam ampliar suas colônias e controlar recursos estratégicos. Nesse contexto, o apoio de países como os Estados Unidos, assim como de líderes do movimento pan-africanista, revelou-se essencial para consolidar a independência do país e garantir seu posicionamento no cenário internacional (Hermann, 2011).

O processo de reconhecimento diplomático foi gradual e complexo. Costa e Silva (1994) ressalta que a Libéria, embora criada por repatriados afro-americanos,

não foi automaticamente aceita pelas nações europeias, sendo necessário articular estratégias diplomáticas e afirmar sua legitimidade jurídica e política. O reconhecimento formal da soberania liberiana ocorreu de maneira progressiva: o Reino Unido foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas em 1848, seguido pela França em 1852 e, posteriormente, pelos Estados Unidos em 1862 (Costa e Silva, 1994).

A preservação da independência liberiana tornou-se ainda mais desafiadora após a Conferência de Berlim (1884–1885), que contribuiu com a partilha colonial da África entre as potências europeias. Apesar de manter formalmente sua soberania, a Libéria sofreu sucessivas pressões territoriais de colônias francesas e britânicas vizinhas, sendo obrigada a negociar fronteiras e concessões econômicas para preservar sua existência como Estado independente (Dunn; Beyan; Burrowes, 2001).

Esse reconhecimento internacional não apenas validou a existência do Estado, mas também fortaleceu a construção de uma identidade nacional capaz de integrar repatriados e populações nativas sob uma mesma bandeira política (Hall, 2005).

Além do reconhecimento externo, a afirmação da soberania envolveu a criação de instituições políticas, jurídicas e administrativas que refletissem os valores e aspirações do novo Estado. Como observa Hermann (2011, p. 12), a soberania não se reduz ao reconhecimento formal de outros Estados; ela demanda também a capacidade de estabelecer normas internas, consolidar a autoridade sobre o território e garantir a participação de diferentes grupos sociais. Na Libéria, esse processo foi marcado por tensões entre a elite americo-liberiana e as populações nativas, mas permitiu à república iniciar a construção de um aparato institucional próprio, inspirado nos modelos republicanos estadunidenses.

O desenvolvimento institucional e diplomático da Libéria é, portanto, inseparável do contexto geopolítico e das pressões externas. O país precisou equilibrar relações com potências coloniais, consolidar alianças estratégicas e afirmar sua autonomia em meio a uma ordem internacional em expansão europeia. Ao mesmo tempo, buscou consolidar uma identidade interna que articulasse a coexistência de repatriados e nativos, ainda que sob condições de desigualdade social e hierarquia política. Costa e Silva (1994) destaca que essa tensão entre soberania formal e governança efetiva é característica dos primeiros Estados africanos independentes,

que precisaram construir legitimidade interna enquanto negociavam legitimidade externa.

Sawyer (1992) argumenta que a sobrevivência da Libéria esteve associada à proximidade política e econômica com os Estados Unidos. Por outro lado, Dunn, Beyan e Burrowes (2001) destacam a capacidade diplomática das lideranças liberianas como fator decisivo para a preservação da independência frente às potências coloniais. Esse debate demonstra que a construção da soberania liberiana resultou tanto de fatores externos quanto da atuação das elites políticas locais.

Em síntese, o reconhecimento internacional e a construção da soberania liberiana não foram apenas questões diplomáticas; constituíram um elemento central para a afirmação do Estado, a consolidação de instituições políticas e a articulação de uma identidade nacional em meio a um contexto de desafios internos e pressões externas. Como observa Hermann (2011), compreender a soberania da Libéria exige analisar simultaneamente as dimensões externas e internas, reconhecendo que a construção de um Estado independente na África Ocidental do século XIX implicava negociações constantes de poder, legitimidade e representação.

A análise do processo de formação da Libéria evidencia que a construção do Estado liberiano foi marcada por profundas contradições desde sua origem. Embora a independência tenha representado uma experiência singular no contexto africano do século XIX, a estrutura política estabelecida pelos americano-liberianos reproduziu mecanismos de exclusão que limitaram a integração das populações nativas à vida política nacional (Sawyer, 1992).

A fundação do país, o repatriamento de afro-americanos, os conflitos com grupos indígenas e os desafios relacionados ao reconhecimento internacional demonstram que a consolidação da soberania liberiana ocorreu em meio a disputas constantes por poder, território e legitimidade. Nesse contexto, a formação de uma elite política americano-liberiana tornou-se um elemento central da organização estatal (Dunn; Beyan; Burrowes, 2001).

Esses fatores contribuíram para a construção de instituições políticas caracterizadas pela concentração de poder e pela exclusão de grande parte da população. Tal processo criou as bases históricas que permitiriam, posteriormente, a consolidação do monopólio político exercido pelo Partido True Whig, tema que será analisado no capítulo seguinte (Hall, 2005).

## **CAPÍTULO 2 – DOMÍNIO POLÍTICO DA ELITE AMERICO-LIBERIANA**

Este capítulo tem como objetivo investigar o controle político exercido pelo Partido True Whig (TWP) e os mecanismos de exclusão da população nativa. Serão analisadas as estratégias adotadas pela elite americo-liberiana para monopolizar o poder, incluindo manipulação eleitoral, controle de cargos públicos e imposição de estruturas administrativas que favoreceram seu domínio.

A estrutura do capítulo inclui três seções: 2.1 aborda a formação e ascensão do Partido True Whig; 2.2 detalha os mecanismos de exclusão da população nativa; e 2.3 examina os impactos sociais e econômicos do monopólio político. A metodologia utilizada será a análise documental e bibliográfica, incluindo constituições, leis eleitorais, registros oficiais e literatura histórica especializada. Por meio da análise de conteúdo, serão identificados padrões de dominação política, suas consequências para a população nativa e os efeitos do monopólio da elite sobre o desenvolvimento social e econômico do país.

### **2.1 FORMAÇÃO E ASCENSÃO DO PARTIDO TRUE WHIG (TWP)**

Esta seção abordará a criação do Partido True Whig e seu rápido estabelecimento como força política dominante na Libéria, controlando o governo de 1878 até o golpe de 1980. Serão discutidos os fatores que permitiram a ascensão do partido, incluindo o papel da elite americo-liberiana, o controle de instituições estatais e a estrutura social excludente.

A metodologia consistirá na análise documental de registros históricos, constituições, atos oficiais do TWP e literatura acadêmica sobre a política liberiana, permitindo compreender como o partido se consolidou como instrumento de controle político e social.

A consolidação do Partido True Whig constitui um dos elementos centrais para a compreensão da história política da Libéria entre o final do século XIX e grande parte do século XX. Embora a independência do país tenha sido proclamada em 1847 sob princípios republicanos inspirados no modelo norte-americano, a dinâmica política liberiana evoluiu para um sistema caracterizado pela concentração de poder nas mãos da elite americo-liberiana. Nesse contexto, o True Whig Party emergiu como a

principal organização política responsável pela manutenção dessa estrutura de dominação, tornando-se um instrumento fundamental para a preservação dos interesses das camadas dirigentes do país (Sawyer, 1992).

O surgimento do partido deve ser compreendido no contexto das disputas políticas que marcaram as primeiras décadas da República da Libéria. Após a independência, diferentes grupos buscavam consolidar projetos distintos para a organização do Estado. Contudo, a influência econômica, política e social dos descendentes dos afro-americanos repatriados favoreceu a formação de uma elite capaz de controlar os principais espaços institucionais. A partir da década de 1870, o True Whig Party ampliou progressivamente sua influência, reduzindo a capacidade de atuação de grupos opositores e consolidando-se como a principal força política nacional (Hall, 2005). A consolidação do True Whig Party ocorreu de forma decisiva com a eleição de Anthony William Gardiner em 1878. A partir desse momento, a organização passou a exercer controle praticamente contínuo sobre a presidência da República e sobre os principais órgãos do Estado. O enfraquecimento das forças opositores permitiu que o partido transformasse sua predominância eleitoral em uma estrutura duradoura de poder político (Sawyer, 1992; HALL, 2005).

A ascensão do partido esteve diretamente associada à estrutura social estabelecida desde a fundação da Libéria. Conforme discutido no capítulo anterior, os americano-liberianos ocupavam posições privilegiadas na administração pública, no comércio e nas instituições educacionais e religiosas. Essa posição permitiu que seus representantes exercessem significativa influência sobre os processos eleitorais e sobre a formulação das políticas públicas. Como resultado, o sistema político passou a reproduzir os interesses de uma parcela restrita da população, limitando a participação efetiva dos grupos indígenas nos mecanismos formais de poder (Sawyer, 1992).

A consolidação do True Whig Party também esteve relacionada à capacidade de seus líderes em estabelecer redes de influência que articulavam interesses políticos e econômicos. O controle das estruturas administrativas permitiu ao partido ampliar sua presença em diferentes regiões do país, fortalecendo sua legitimidade entre os setores que dependiam diretamente do Estado. Dessa forma, cargos públicos, concessões econômicas e oportunidades administrativas passaram a

constituir importantes mecanismos de fortalecimento político, contribuindo para a reprodução da hegemonia americano-liberiana ao longo das décadas (Hall, 2005).

Ao mesmo tempo, o discurso político do partido procurava apresentar a estabilidade institucional como condição indispensável para a preservação da soberania nacional. Em um contexto marcado pelas pressões coloniais europeias sobre o continente africano, as lideranças liberianas frequentemente associavam a unidade política à necessidade de proteção do Estado. Tal argumento contribuiu para justificar a centralização do poder e a limitação da competição política, fortalecendo a posição do True Whig Party como principal representante dos **interesses nacionais** (Hermann, 2011).

Com o passar dos anos, a predominância do partido tornou-se cada vez mais evidente. Embora a Libéria mantivesse formalmente instituições republicanas e processos eleitorais, a competição política foi gradualmente enfraquecida. A concentração de recursos administrativos, o controle das estruturas governamentais e a influência exercida sobre os mecanismos de representação contribuíram para reduzir significativamente as possibilidades de alternância de poder. Nesse cenário, o True Whig Party passou a desempenhar um papel que ultrapassava a função tradicional de uma organização partidária, confundindo-se progressivamente com o próprio aparato estatal (SAWYER, 1992).

Segundo Hall (2005), a permanência do partido no poder durante mais de um século não pode ser explicada apenas pela força de sua organização política, mas também pela estrutura social e institucional construída desde os primeiros anos da República. A exclusão de amplos setores da população dos processos decisórios, somada à concentração dos recursos econômicos e administrativos nas mãos de uma elite reduzida, favoreceu a continuidade de um sistema político caracterizado pela baixa representatividade e pela limitada participação popular.

Dessa forma, a ascensão do True Whig Party representou mais do que a consolidação de uma legenda política. O partido tornou-se o principal instrumento de manutenção da hegemonia americano-liberiana, estruturando mecanismos de controle institucional que garantiram sua permanência no poder por mais de um século. Essa configuração política contribuiu para aprofundar desigualdades históricas e consolidar padrões de exclusão que exerceriam influência decisiva sobre o desenvolvimento político e social da Libéria ao longo do século XX (Sawyer, 1992; Hall, 2005).

## 2.2 MECANISMOS DE EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO NATIVA

Esta seção analisará os efeitos do monopólio político da elite sobre a população nativa e sobre a economia liberiana. Serão discutidos os impactos da concentração de empregos públicos, da limitação de oportunidades econômicas e do baixo investimento social. A análise busca relacionar a exclusão política com o atraso econômico e a desigualdade social.

A metodologia aplicada consistirá em levantamento bibliográfico de estudos econômicos, registros históricos e relatórios sociais, complementados por análise documental do período do domínio do TWP.

A consolidação do domínio político do True Whig Party esteve diretamente associada à manutenção de mecanismos institucionais que limitaram a participação das populações nativas na vida política da Libéria. Embora o país tenha sido fundado sob princípios republicanos e constitucionais inspirados no modelo norte-americano, a estrutura política desenvolvida ao longo do século XIX e início do século XX privilegiou os interesses da elite americano-liberiana, restringindo o acesso dos grupos indígenas aos espaços de decisão e representação política. Esse processo contribuiu para a formação de um sistema caracterizado por profundas desigualdades sociais e políticas, cujos efeitos se estenderiam por várias gerações (Sawyer, 1992).

Desde os primeiros anos da independência, os descendentes dos afro-americanos repatriados assumiram posições estratégicas no governo, na administração pública e nas instituições responsáveis pela organização do Estado. Embora representassem uma parcela reduzida da população nacional, os americano-liberianos concentravam os recursos políticos e econômicos necessários para influenciar os rumos do país. Como resultado, a participação dos grupos indígenas permaneceu limitada, sendo frequentemente condicionada por critérios estabelecidos pelas próprias elites governantes (Sawyer, 1992).

Um dos principais mecanismos de exclusão manifestou-se no acesso à cidadania e à representação política. Durante décadas, grande parte da população nativa permaneceu afastada dos processos formais de tomada de decisão, encontrando dificuldades para exercer plenamente seus direitos políticos. Embora o Estado liberiano buscasse projetar uma imagem de unidade nacional, a distribuição efetiva do poder permanecia concentrada em um grupo social específico. Dessa

forma, a cidadania funcionava não apenas como um instrumento jurídico, mas também como um mecanismo de diferenciação política e social entre americano-liberianos e populações indígenas (Sawyer, 1992).

A exclusão política das populações indígenas manifestava-se também por meio das limitações impostas ao exercício da cidadania. Embora reformas tenham sido implementadas ao longo do tempo, a participação efetiva dos grupos nativos permaneceu reduzida durante grande parte da história republicana do país. A ampliação formal de determinados direitos políticos, ocorrida no início do século XX, não foi suficiente para alterar significativamente a estrutura de poder existente, uma vez que o acesso aos espaços de decisão continuou concentrado entre os descendentes dos afro-americanos repatriados. Dessa forma, a cidadania funcionava não apenas como um instrumento jurídico de pertencimento ao Estado, mas também como um mecanismo de diferenciação política e social que reforçava a posição privilegiada da elite americano-liberiana (Sawyer, 1992).

A limitação da participação política dos grupos indígenas não se restringia ao plano simbólico. Durante décadas, o acesso pleno aos direitos políticos esteve condicionado a critérios administrativos e sociais que favoreciam os grupos ligados à elite governante. Embora reformas tenham sido implementadas ao longo do tempo, a participação efetiva das populações nativas nos processos decisórios permaneceu significativamente inferior à dos americano-liberianos. Essa desigualdade contribuiu para a manutenção de uma estrutura política que concentrava o poder em uma parcela reduzida da população nacional (Sawyer, 1992).

Um marco importante desse processo ocorreu em 1878, quando Anthony William Gardiner foi eleito presidente da República pelo Partido True Whig. A partir desse momento, a legenda passou a exercer controle praticamente contínuo sobre a presidência e sobre as principais estruturas governamentais do país. Embora a Libéria mantivesse formalmente mecanismos eleitorais inspirados no modelo republicano norte-americano, a capacidade de competição política tornou-se progressivamente reduzida, favorecendo a consolidação de uma elite política estável e altamente influente. A predominância do partido não decorreu apenas de sua força organizacional, mas também da capacidade de articular interesses econômicos, administrativos e institucionais em torno de um mesmo projeto de poder (Sawyer, 1992; Hall, 2005).

A exclusão política também se refletiu na ocupação dos cargos públicos. As principais posições administrativas e governamentais eram frequentemente ocupadas por membros da elite americo-liberiana, o que permitia a reprodução contínua de sua influência sobre as instituições do Estado. Esse processo contribuiu para a formação de uma burocracia fortemente vinculada aos interesses do grupo dominante, reduzindo as oportunidades de participação das comunidades indígenas na formulação e implementação das políticas públicas (Hall, 2005).

A predominância americo-liberiana na administração pública também influenciou a distribuição dos recursos estatais e a definição das prioridades governamentais. Ministérios, órgãos administrativos e estruturas judiciais permaneceram amplamente controlados por integrantes da elite política, reforçando a percepção de que o Estado funcionava prioritariamente em benefício de grupos específicos. Como consequência, grande parte das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas encontrava dificuldades para alcançar os espaços institucionais de decisão (Hall, 2005).

Além da esfera política, os mecanismos de exclusão alcançavam o campo educacional. As instituições de ensino criadas ao longo do processo de consolidação do Estado estavam amplamente vinculadas às missões religiosas e aos valores culturais introduzidos pelos repatriados. O acesso à educação formal tornou-se um elemento importante para a ocupação de cargos administrativos e para a ascensão social, favorecendo aqueles que já possuíam proximidade com os padrões culturais valorizados pelas elites governantes. Consequentemente, as desigualdades educacionais contribuíram para reforçar a concentração de poder político e administrativo nas mãos dos americo-liberianos (Sawyer, 1992).

A educação também desempenhou papel relevante na manutenção dessa estrutura social. As escolas criadas e administradas por missões religiosas constituíam importantes espaços de formação das futuras lideranças políticas e administrativas do país. Contudo, o acesso a essas instituições ocorria de maneira desigual, favorecendo grupos que já possuíam vínculos mais próximos com os padrões culturais e linguísticos valorizados pelas elites governantes. Como consequência, a escolarização tornou-se um importante mecanismo de reprodução das hierarquias sociais existentes, contribuindo para a continuidade da predominância americo-liberiana nos espaços de poder e representação institucional (Sawyer, 1992).

Outro aspecto relevante refere-se à construção de uma identidade nacional baseada predominantemente nos referenciais culturais da elite dominante. A adoção da língua inglesa como idioma oficial, a valorização de modelos institucionais inspirados nos Estados Unidos e a difusão de práticas religiosas protestantes contribuíram para a consolidação de um projeto nacional que frequentemente marginalizava as tradições culturais das populações nativas. Embora apresentado como um esforço de modernização e integração nacional, esse processo favoreceu a reprodução de hierarquias sociais que colocavam os grupos indígenas em posição de subordinação política e simbólica (Hall, 2005).

Segundo Hermann (2011), a legitimidade de um Estado depende não apenas do reconhecimento internacional de sua soberania, mas também da capacidade de integrar diferentes grupos sociais dentro de uma estrutura política comum. No caso liberiano, as limitações impostas à participação das populações nativas dificultaram a construção de uma legitimidade amplamente compartilhada, contribuindo para o surgimento de tensões internas que se acumularam ao longo do tempo. A persistência dessas desigualdades demonstrava que a estabilidade institucional alcançada pelo True Whig Party estava sustentada por mecanismos de exclusão que restringiam a representatividade do sistema político.

A manutenção dessas práticas permitiu que o partido consolidasse sua hegemonia durante grande parte do século XX. Ao controlar simultaneamente os recursos administrativos, os mecanismos de representação política e os processos de formação das elites, o True Whig Party fortaleceu sua capacidade de permanência no poder e limitou significativamente a emergência de grupos opositoristas. Dessa forma, a exclusão das populações nativas não pode ser compreendida como uma consequência secundária do sistema político liberiano, mas como um dos elementos estruturais que sustentaram a longevidade do domínio americano-liberiano (Sawyer, 1992).

Em síntese, os mecanismos de exclusão política, administrativa, educacional e cultural desempenharam papel fundamental na consolidação da hegemonia do True Whig Party. Ao restringir a participação efetiva das populações indígenas nos principais espaços de poder, o sistema político liberiano reforçou desigualdades históricas e limitou a construção de uma representação nacional mais inclusiva. Essas condições contribuíram para o aprofundamento das tensões sociais e políticas que,

posteriormente, colocariam em xeque a legitimidade do regime e sua capacidade de responder às demandas da maioria da população.

### 2.3 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MONOPÓLIO POLÍTICO

Esta seção analisará os efeitos do monopólio político da elite sobre a população nativa e sobre a economia liberiana. Serão discutidos os impactos da concentração de empregos públicos, da limitação de oportunidades econômicas e do baixo investimento social. A análise busca relacionar a exclusão política com o atraso econômico e a desigualdade social.

A metodologia aplicada consistirá em levantamento bibliográfico de estudos econômicos, registros históricos e relatórios sociais, complementados por análise documental do período do domínio do TWP.

A longa permanência do True Whig Party no poder produziu impactos profundos sobre a estrutura social e econômica da Libéria. Durante mais de um século, a concentração das principais decisões políticas nas mãos da elite americano-liberiana influenciou a distribuição de recursos, o funcionamento das instituições públicas e as oportunidades de participação econômica da população. Embora o país tenha conseguido preservar sua independência e construir estruturas estatais relativamente estáveis quando comparado a outras regiões africanas submetidas ao colonialismo europeu direto, os benefícios desse processo foram distribuídos de forma desigual entre os diferentes grupos sociais (Sawyer, 1992).

A centralização do poder político favoreceu a concentração dos recursos econômicos em setores próximos ao governo. Ao longo do século XX, o Estado tornou-se um dos principais instrumentos de organização da atividade econômica, controlando concessões, contratos e relações comerciais estratégicas. Nesse contexto, os grupos associados às elites políticas passaram a ocupar posições privilegiadas no acesso a oportunidades econômicas, fortalecendo uma relação estreita entre poder político e poder econômico. Como observa Yates (1996), em diversos Estados africanos a dependência de recursos controlados pelo governo tende a fortalecer estruturas de patronagem e clientelismo, permitindo que grupos dirigentes utilizem recursos públicos como instrumento de manutenção do poder.

A estreita relação entre recursos econômicos e poder político favoreceu a formação de estruturas de patronagem que vinculavam benefícios materiais à lealdade política. Em diversos momentos, o acesso a oportunidades econômicas, contratos públicos e posições administrativas esteve associado à proximidade com os grupos dirigentes. Tal dinâmica fortaleceu a dependência de amplos setores da sociedade em relação ao Estado, dificultando a construção de mecanismos mais amplos de participação econômica e autonomia social (Yates, 1996).

Na Libéria, essa dinâmica contribuiu para a formação de redes de influência que conectavam interesses políticos e econômicos. O acesso a cargos públicos, concessões comerciais e posições administrativas frequentemente dependia da proximidade com as estruturas de poder vinculadas ao True Whig Party. Como resultado, a participação econômica tornou-se fortemente condicionada por relações políticas, limitando a mobilidade social de grupos que permaneciam afastados dos círculos governamentais. Essa situação reforçou desigualdades históricas e ampliou as diferenças existentes entre as elites urbanas e as populações localizadas no interior do país (Sawyer, 1992).

Outro impacto significativo esteve relacionado à distribuição desigual dos investimentos públicos. A concentração administrativa em regiões mais próximas dos centros de poder favoreceu o desenvolvimento de determinadas áreas em detrimento de outras. Enquanto setores urbanos receberam maior atenção em termos de infraestrutura, educação e serviços públicos, diversas comunidades do interior continuaram enfrentando dificuldades de acesso a recursos básicos e oportunidades de desenvolvimento. Essa desigualdade territorial contribuiu para aprofundar a distância entre o Estado e parte significativa da população, especialmente entre os grupos indígenas historicamente excluídos dos processos decisórios (Hall, 2005).

Essa distribuição desigual dos investimentos contribuiu para aprofundar as diferenças entre as regiões costeiras, onde se concentravam os principais centros administrativos e comerciais, e as áreas do interior, habitadas majoritariamente por populações indígenas. Como resultado, a expansão da infraestrutura, dos serviços públicos e das oportunidades educacionais ocorreu de maneira desigual, ampliando disparidades que permaneceriam presentes ao longo do século XX (Hall, 2005).

As consequências sociais desse modelo também se manifestaram na formação de uma estrutura social marcada por fortes assimetrias. A predominância política da

elite americano-liberiana foi acompanhada pela valorização de padrões culturais associados à sua própria trajetória histórica, reforçando distinções sociais entre diferentes segmentos da população. O acesso à educação formal, aos cargos administrativos e aos espaços de prestígio social permaneceu concentrado em grupos relativamente restritos, dificultando a ampliação da participação política e econômica das populações nativas. Dessa forma, as desigualdades econômicas estavam diretamente relacionadas às desigualdades políticas construídas ao longo do processo de formação do Estado liberiano (Sawyer, 1992).

Além dos impactos materiais, a manutenção prolongada do monopólio político produziu efeitos sobre a legitimidade das instituições. Embora o True Whig Party tenha conseguido preservar uma imagem de estabilidade durante décadas, a limitação da participação popular e a persistência das desigualdades sociais geraram insatisfações crescentes em diferentes setores da sociedade. Segundo Hermann (2011), a estabilidade de um sistema político depende não apenas da capacidade de exercer autoridade, mas também da construção de legitimidade junto aos grupos que compõem a comunidade política. Quando parcelas significativas da população não se reconhecem nas instituições existentes, aumentam as possibilidades de contestação e instabilidade.

No caso liberiano, a combinação entre exclusão política, desigualdade econômica e concentração de poder contribuiu para o enfraquecimento gradual da legitimidade do regime. As populações que permaneciam afastadas dos benefícios proporcionados pelo Estado passaram a questionar a capacidade das instituições de representar seus interesses e atender suas demandas. Ao mesmo tempo, a ausência de mecanismos efetivos de participação dificultava a incorporação dessas reivindicações ao sistema político, ampliando o distanciamento entre governantes e governados (Hall, 2005).

Nesse contexto, as tensões acumuladas ao longo de décadas começaram a revelar os limites do modelo político construído sob a hegemonia do True Whig Party. Embora o partido tenha sido capaz de garantir estabilidade institucional por um período prolongado, sua incapacidade de promover uma distribuição mais ampla do poder e dos recursos econômicos contribuiu para a formação de um ambiente de crescente insatisfação social. Essas contradições se tornariam particularmente evidentes nas décadas finais do século XX, quando a legitimidade do regime passou

a ser cada vez mais questionada por diferentes setores da sociedade liberiana (Sawyer, 1992).

Nas décadas de 1960 e 1970, as limitações do modelo político e econômico liberiano tornaram-se progressivamente mais evidentes. O crescimento das desigualdades sociais, associado à concentração de poder e à limitada capacidade de incorporação das demandas populares, contribuiu para ampliar críticas ao regime. Embora o True Whig Party permanecesse formalmente no controle das instituições, cresciam os sinais de desgaste político e de questionamento da legitimidade de sua longa permanência no poder (Sawyer, 1992).

Em síntese, os impactos sociais e econômicos do monopólio político exercido pelo True Whig Party ultrapassaram a esfera governamental e influenciaram profundamente a organização da sociedade liberiana. A concentração de poder, a distribuição desigual dos recursos e a limitação da participação política contribuíram para a consolidação de um modelo marcado por profundas desigualdades estruturais. Essas condições não apenas moldaram o desenvolvimento da Libéria ao longo do século XX, mas também criaram as bases para as transformações políticas que culminariam na ruptura da ordem estabelecida em 1980.

A análise da trajetória do Partido True Whig evidencia que sua ascensão e permanência no poder estiveram diretamente relacionadas à consolidação da hegemonia política americano-liberiana na Libéria. Embora o partido tenha se apresentado como instrumento de estabilidade institucional e preservação da soberania nacional, sua atuação esteve associada à concentração do poder político em uma parcela reduzida da população. A ocupação dos principais espaços de decisão por membros da elite descendente dos afro-americanos repatriados contribuiu para a formação de um sistema político caracterizado pela limitada participação popular e pela baixa representatividade das populações nativas (Sawyer, 1992).

Os mecanismos de exclusão analisados ao longo deste capítulo demonstram que a marginalização dos grupos indígenas não ocorreu de forma isolada ou circunstancial, mas constituiu um elemento estrutural da organização política liberiana. A restrição do acesso à cidadania plena, a concentração dos cargos públicos, as desigualdades educacionais e a valorização predominante dos referenciais culturais americano-liberianos contribuíram para a reprodução de hierarquias sociais e políticas que se mantiveram por grande parte da história republicana do país. Nesse contexto,

a manutenção do poder pelo True Whig Party esteve intimamente ligada à preservação de uma ordem social excludente e desigual (Hall, 2005).

Da mesma forma, os impactos sociais e econômicos do monopólio político revelam que a concentração de poder produziu consequências que ultrapassaram a esfera institucional. A distribuição desigual dos recursos, a formação de redes de patronagem e a limitação das oportunidades de participação econômica reforçaram as disparidades existentes entre diferentes grupos da sociedade liberiana. Essas condições contribuíram para o enfraquecimento gradual da legitimidade do regime, ampliando as tensões entre o Estado e parcelas significativas da população que permaneciam afastadas dos benefícios proporcionados pelas estruturas governamentais (Yates, 1996; Sawyer, 1992).

Dessa forma, a hegemonia do True Whig Party deve ser compreendida não apenas como um fenômeno político-partidário, mas como a expressão de um modelo de organização estatal baseado na concentração de poder, na exclusão social e na desigualdade de participação política. Embora esse sistema tenha garantido estabilidade institucional por longos períodos, também criou contradições que se acumularam ao longo do tempo e contribuíram para o surgimento de demandas por transformação política e social.

Assim, a compreensão dos mecanismos que sustentaram o domínio do True Whig Party torna-se fundamental para analisar os processos de crise que marcaram as décadas finais do século XX. As tensões produzidas pela exclusão política das populações nativas, pela concentração de recursos econômicos e pela crescente perda de legitimidade das instituições constituem elementos essenciais para compreender a ruptura da ordem estabelecida e os acontecimentos que culminaram no golpe de Estado de 1980, tema que será abordado no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO 3 – CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E EDUCACIONAIS**

Este capítulo tem como objetivo avaliar os impactos do domínio do Partido True Whig sobre a educação, a economia e as condições de vida da população nativa da Libéria. Serão analisadas as consequências do monopólio político para o acesso à educação, a dependência econômica em empregos públicos e os reflexos do controle da elite no colapso econômico e na instabilidade política após 1980.

A estrutura do capítulo contempla três seções: 3.1 trata do acesso à educação e alfabetização da população nativa; 3.2 analisa a dependência econômica e os empregos públicos como instrumentos de controle; e 3.3 aborda os reflexos do domínio do TWP no colapso econômico e na instabilidade política posterior ao golpe de 1980. A metodologia aplicada será qualitativa, com análise de conteúdo de dados históricos, registros econômicos, relatórios educacionais e fontes secundárias, permitindo compreender as relações entre poder, desenvolvimento econômico e educacional, e participação política da população nativa.

#### **3.1 ACESSO À EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NATIVA**

Esta seção abordará a política educacional implementada pelos americano-liberianos, que restringiu o acesso à educação para a população nativa. A educação foi utilizada como instrumento de distinção social, consolidando o prestígio da elite e perpetuando a desigualdade. Serão analisados indicadores de alfabetização, currículos escolares e iniciativas educacionais disponíveis apenas para a elite.

A metodologia consiste na análise de documentos educacionais, relatórios históricos e literatura especializada que discute a relação entre educação e dominação política na Libéria.

A educação ocupou papel central na organização social e política da Libéria durante o período de domínio da elite americano-liberiana. Mais do que um instrumento de transmissão de conhecimentos, o sistema educacional constituiu um mecanismo de reprodução das estruturas de poder estabelecidas desde a fundação do país. Ao longo dos séculos XIX e XX, o acesso à educação formal permaneceu profundamente desigual, favorecendo grupos ligados à elite governante e limitando as oportunidades de ascensão social das populações nativas. Nesse contexto, a escolarização tornou-

se um importante elemento de diferenciação social e política, contribuindo para a manutenção da hegemonia americano-liberiana sobre as instituições do Estado (Sawyer, 1992).

Desde os primeiros anos da República, as iniciativas educacionais estiveram fortemente associadas às missões religiosas cristãs, especialmente protestantes, que acompanhavam o projeto político dos afro-americanos repatriados. As escolas fundadas nesse período tinham como objetivo não apenas promover a alfabetização, mas também difundir valores culturais, religiosos e políticos inspirados nos modelos norte-americanos. Dessa forma, a educação foi concebida como um instrumento de civilização e integração social segundo os padrões definidos pela elite dirigente, contribuindo para a construção de uma identidade nacional alinhada aos referenciais culturais dos americano-liberianos (Dillon, 2008).

Embora o discurso oficial enfatizasse a importância da educação para o progresso nacional, o acesso às instituições de ensino não ocorreu de maneira equitativa entre os diferentes grupos da sociedade liberiana. As populações indígenas encontravam obstáculos relacionados à localização geográfica das escolas, à disponibilidade limitada de recursos educacionais e à própria estrutura administrativa do sistema de ensino. Como resultado, as oportunidades de escolarização concentravam-se principalmente nos centros urbanos e nas regiões mais próximas dos espaços de poder político e econômico, ampliando as desigualdades já existentes entre a elite e a população nativa (Sawyer, 1992).

A desigualdade educacional refletia, em grande medida, as características do modelo político construído sob a liderança dos americano-liberianos. O acesso ao ensino formal representava um requisito importante para a ocupação de cargos públicos, para a inserção nas atividades administrativas e para a participação mais efetiva na vida política nacional. Nesse cenário, os grupos que possuíam maior acesso à educação também concentravam maiores oportunidades de influência social e econômica. Assim, a escolarização funcionava simultaneamente como instrumento de formação intelectual e como mecanismo de seleção das elites que ocupariam posições de destaque na estrutura estatal (Dillon, 2008).

Além de restringir oportunidades de mobilidade social, a desigual distribuição da educação contribuiu para reforçar processos de exclusão política. A baixa escolarização de grande parte da população indígena limitava sua capacidade de

participação nos debates públicos e dificultava o acesso aos espaços institucionais de representação. Dessa forma, as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas apenas como um problema social, mas também como um fator diretamente relacionado à manutenção das estruturas de poder existentes. Como observa Sawyer (1992), a concentração dos recursos políticos e administrativos nas mãos da elite americo-liberiana esteve associada à capacidade desse grupo de controlar os principais mecanismos de formação e reprodução das lideranças nacionais.

Outro aspecto relevante refere-se ao conteúdo dos currículos escolares. As instituições educacionais frequentemente valorizavam a história, a cultura e os modelos políticos associados ao Ocidente, especialmente aos Estados Unidos, em detrimento dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas. Essa orientação contribuiu para a construção de uma narrativa nacional centrada na experiência dos repatriados, reduzindo a visibilidade das contribuições históricas e culturais dos diversos grupos étnicos presentes no território liberiano. Como consequência, a educação passou a desempenhar também uma função simbólica de legitimação da posição privilegiada ocupada pelos americo-liberianos na sociedade (Dillon, 2008).

As limitações do sistema educacional tornaram-se particularmente evidentes ao longo do século XX, quando a expansão das demandas sociais não foi acompanhada por políticas capazes de promover maior inclusão educacional. Apesar do crescimento populacional e das transformações econômicas observadas no período, persistiram diferenças significativas nos níveis de alfabetização e no acesso ao ensino entre os diversos segmentos da população. Essa situação contribuiu para a manutenção de desigualdades estruturais que dificultavam o desenvolvimento social mais amplo do país e restringiam as possibilidades de participação cidadã de grande parte da população nativa (Sawyer, 1992).

Nesse sentido, a educação deve ser compreendida como um dos elementos centrais para a análise das relações entre poder e exclusão na história da Libéria. Longe de representar apenas um serviço público destinado à promoção do conhecimento, o sistema educacional integrou um conjunto mais amplo de mecanismos que contribuíram para a reprodução das desigualdades políticas, sociais e econômicas construídas ao longo do domínio americo-liberiano. Ao limitar o acesso

da população nativa à escolarização e às oportunidades dela decorrentes, o Estado reforçou estruturas de privilégio que exerceram influência duradoura sobre o desenvolvimento do país.

Em síntese, o acesso desigual à educação e à alfabetização constituiu um dos principais instrumentos de reprodução da hegemonia americano-liberiana. A concentração das oportunidades educacionais, associada à valorização de referenciais culturais específicos e à limitada inclusão das populações indígenas, contribuiu para aprofundar desigualdades históricas e restringir a participação social e política de amplos segmentos da população. Essas condições demonstram que os desafios educacionais da Libéria estavam diretamente relacionados às estruturas de poder consolidadas durante o domínio do True Whig Party, cujos efeitos ultrapassariam o período de sua permanência no governo.

### 3.2 DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E EMPREGOS PÚBLICOS

A concentração de empregos públicos como principal fonte de renda para a população alfabetizada reforçou a dependência econômica da elite, limitando a mobilidade social da população nativa. Esta seção analisará como a distribuição desigual de empregos e salários contribuiu para manter o controle político e social da elite americano-liberiana. Serão abordados indicadores econômicos da época, políticas de remuneração e impactos na estrutura produtiva do país.

A metodologia será baseada em análise de registros econômicos históricos, literatura especializada em economia africana e estudos de desenvolvimento.

A estrutura econômica desenvolvida na Libéria durante o domínio do True Whig Party esteve profundamente vinculada ao modelo político construído pela elite americano-liberiana. Ao longo de grande parte dos séculos XIX e XX, o Estado assumiu papel central na organização das atividades administrativas e econômicas, tornando-se um dos principais espaços de acesso a recursos, oportunidades de trabalho e ascensão social. Nesse contexto, a proximidade com as estruturas governamentais frequentemente determinava as possibilidades de inserção econômica dos indivíduos, contribuindo para a formação de relações de dependência entre a população e o aparato estatal (Sawyer, 1992).

A concentração do poder político nas mãos de um grupo reduzido favoreceu a construção de uma economia marcada por fortes vínculos entre autoridade governamental e distribuição de benefícios materiais. O acesso a cargos públicos, concessões administrativas e oportunidades econômicas estava frequentemente associado às redes de influência mantidas pelas elites políticas. Como resultado, o emprego público passou a representar não apenas uma forma de ocupação profissional, mas também um importante instrumento de integração econômica e de fortalecimento da lealdade política ao regime estabelecido (Yates, 1996).

Essa dinâmica contribuiu para o desenvolvimento de relações de patronagem que caracterizaram parte significativa da vida política liberiana. Em sistemas políticos marcados pela concentração de poder, os recursos estatais frequentemente são utilizados como mecanismos de consolidação de apoio político e manutenção da estabilidade institucional. Na Libéria, a distribuição de cargos administrativos e benefícios governamentais tornou-se um elemento relevante para a reprodução da influência do True Whig Party, fortalecendo a dependência de amplos setores da sociedade em relação ao Estado (Yates, 1996).

Ao mesmo tempo, as limitações no acesso à educação formal, discutidas na seção anterior, exerceram influência direta sobre as oportunidades econômicas disponíveis para a população nativa. A baixa escolarização restringia o ingresso em funções administrativas e técnicas, concentrando as melhores oportunidades de trabalho entre indivíduos que possuíam formação compatível com as exigências do aparato estatal. Dessa forma, as desigualdades educacionais contribuíram para a reprodução das desigualdades econômicas, dificultando a mobilidade social e ampliando a distância entre os grupos privilegiados e os segmentos historicamente marginalizados da sociedade liberiana (Sawyer, 1992).

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição desigual dos investimentos públicos e das oportunidades de desenvolvimento econômico entre diferentes regiões do país. As áreas mais próximas dos centros administrativos e comerciais receberam maior atenção governamental, enquanto diversas regiões habitadas predominantemente por populações indígenas permaneceram com acesso limitado à infraestrutura, aos serviços públicos e às oportunidades de inserção produtiva. Essa

situação contribuiu para ampliar disparidades regionais e reforçar a concentração das atividades econômicas em determinados espaços geográficos (Sawyer, 1992).

A dependência econômica em relação ao Estado também produziu impactos sobre a autonomia da sociedade civil e sobre a capacidade de organização de grupos independentes. Em contextos nos quais grande parte das oportunidades de emprego e renda está associada ao poder público, torna-se mais difícil o surgimento de setores sociais capazes de contestar as estruturas políticas estabelecidas. Como observa Yates (1996), a centralização dos recursos econômicos tende a fortalecer mecanismos de controle político, reduzindo a capacidade de mobilização de grupos que dependem diretamente da manutenção dos vínculos com o Estado.

Entretanto, embora esse modelo tenha contribuído para a estabilidade política durante determinados períodos, ele também gerou fragilidades estruturais. A excessiva concentração de recursos e oportunidades em torno das instituições governamentais dificultou a diversificação econômica e limitou a capacidade de inclusão de amplos segmentos da população. Como consequência, persistiram elevados níveis de desigualdade social, restringindo as possibilidades de desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável (SAWYER, 1992).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, essas limitações tornaram-se progressivamente mais visíveis. O crescimento das demandas sociais e econômicas ampliou as pressões sobre o Estado, ao mesmo tempo em que aumentavam as críticas à concentração dos benefícios econômicos nas mãos de grupos politicamente privilegiados. A percepção de exclusão e a dificuldade de acesso a oportunidades econômicas contribuíram para o fortalecimento do descontentamento social, especialmente entre os grupos historicamente afastados dos centros de decisão política e administrativa (Sawyer, 1992).

Dessa forma, a dependência econômica em relação ao Estado e a centralidade dos empregos públicos constituíram características fundamentais do modelo político e econômico desenvolvido durante a hegemonia do True Whig Party. Ao vincular oportunidades de ascensão social à proximidade com as estruturas governamentais, esse sistema reforçou mecanismos de exclusão e aprofundou desigualdades históricas. Mais do que uma questão econômica, a distribuição dos empregos públicos tornou-se um instrumento de manutenção do poder político e de reprodução das hierarquias sociais existentes.

Em síntese, a análise da dependência econômica e dos empregos públicos demonstra que os impactos do monopólio político americano-liberiano ultrapassaram os limites das instituições governamentais e influenciaram diretamente as condições de vida da população. A concentração dos recursos econômicos, associada à limitada inclusão dos grupos nativos nas oportunidades de trabalho e desenvolvimento, contribuiu para a formação de uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Essas condições desempenhariam papel importante no enfraquecimento da legitimidade do regime e nas transformações políticas que marcaram a história liberiana a partir de 1980.

### 3.3 REFLEXOS DO DOMÍNIO DO TWP NO COLAPSO ECONÔMICO E INSTABILIDADE PÓS-1980

Esta seção analisará como o monopólio político e econômico do TWP contribuiu para o colapso econômico da Libéria e a instabilidade política após o golpe de 1980. Serão estudadas as consequências da concentração de poder, a falta de investimentos produtivos e a exclusão da população nativa na gestão do Estado, que resultaram em crises financeiras e sociais significativas.

A metodologia consistirá na análise documental de relatórios econômicos, artigos acadêmicos sobre a guerra civil e dados históricos sobre PIB e emprego, correlacionando o controle político com os efeitos socioeconômicos de longo prazo.

A permanência do True Whig Party no poder por mais de um século constituiu uma das experiências mais duradouras de domínio político na história africana contemporânea. Entretanto, os mecanismos que garantiram sua estabilidade também contribuíram para o surgimento de fragilidades estruturais que se tornariam cada vez mais evidentes ao longo da segunda metade do século XX. A concentração do poder político, a exclusão das populações nativas dos principais espaços de decisão e a distribuição desigual dos benefícios econômicos produziram tensões sociais que, gradualmente, passaram a desafiar a legitimidade do regime estabelecido (Sawyer, 1992).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Libéria enfrentou transformações econômicas e sociais que ampliaram as expectativas da população em relação à participação política e ao acesso aos recursos do Estado. Entretanto, as estruturas de poder construídas sob a hegemonia americo-liberiana mostravam-se cada vez menos capazes de responder às demandas de uma sociedade em processo de mudança. Embora o país mantivesse uma imagem de estabilidade institucional, cresciam as críticas relacionadas à concentração de riqueza, às desigualdades regionais e à limitada representatividade das instituições governamentais (Hall, 2005).

Nesse contexto, a exclusão histórica das populações indígenas tornou-se um fator particularmente relevante. Durante décadas, amplos segmentos da sociedade permaneceram afastados dos centros de decisão política e das oportunidades econômicas mais significativas. A permanência dessas desigualdades contribuiu para fortalecer sentimentos de insatisfação e de distanciamento em relação ao Estado, especialmente entre grupos que não se identificavam com a estrutura de poder construída pelos americo-liberianos. Dessa forma, os problemas acumulados ao longo do tempo passaram a representar não apenas desafios sociais, mas também ameaças à estabilidade política do país (Sawyer, 1992).

A crescente perda de legitimidade das instituições governamentais evidenciava os limites do modelo político consolidado pelo True Whig Party. Conforme observa Hermann (2011), a estabilidade de um Estado depende não apenas da capacidade de exercer autoridade, mas também da construção de legitimidade junto aos diferentes grupos que compõem a sociedade. Quando parcelas significativas da população deixam de reconhecer as instituições como representantes de seus interesses, aumentam as possibilidades de contestação política e de ruptura da ordem estabelecida. No caso liberiano, as desigualdades acumuladas ao longo de décadas contribuíram para enfraquecer os vínculos entre o Estado e grande parte da população.

Essas tensões alcançaram um ponto decisivo em 1980, quando um grupo de militares liderado por Samuel Doe derrubou o governo do presidente William R. Tolbert Jr., encerrando mais de um século de predominância política americo-liberiana. O golpe de Estado representou uma ruptura histórica na trajetória da Libéria, simbolizando o colapso de um sistema político que, apesar de sua longevidade, não conseguiu promover uma integração efetiva entre os diferentes grupos sociais que

compunham o país. A queda do regime demonstrou que a estabilidade construída pelo True Whig Party possuía bases frágeis, sustentadas por mecanismos de exclusão que limitavam a participação política e social de amplos setores da população (Sawyer, 1992; HALL, 2005).

Entretanto, a ruptura de 1980 não significou a superação imediata dos problemas estruturais acumulados ao longo da história liberiana. Embora o novo governo tenha surgido com o discurso de promover maior inclusão política e corrigir desigualdades históricas, muitas das fragilidades institucionais construídas durante décadas permaneceram presentes. A persistência das dificuldades econômicas, das tensões étnicas e das disputas por poder demonstrou que os desafios enfrentados pela sociedade liberiana ultrapassavam a simples substituição de grupos dirigentes, estando profundamente relacionados às estruturas políticas e sociais formadas desde o período de consolidação do Estado nacional (Sawyer, 1992).

Os anos posteriores ao golpe foram marcados por instabilidade política, dificuldades econômicas e crescente polarização social. A incapacidade de construir instituições amplamente legítimas e representativas contribuiu para o aprofundamento das tensões internas, criando um ambiente favorável ao surgimento de novos conflitos. Nesse sentido, a crise do regime americano-liberiano não deve ser compreendida como um evento isolado, mas como resultado de um longo processo histórico marcado pela concentração de poder, pela exclusão social e pela desigualdade de oportunidades (Hall, 2005).

Dessa forma, os reflexos do domínio do True Whig Party ultrapassaram o período de sua permanência formal no governo. As estruturas de exclusão política, econômica e educacional construídas ao longo de mais de um século deixaram marcas profundas na organização da sociedade liberiana e influenciaram diretamente os acontecimentos que marcaram as décadas finais do século XX. A compreensão dessas heranças históricas é fundamental para analisar não apenas a queda do regime, mas também os desafios enfrentados pela Libéria em seu processo de reconstrução política e institucional.

Em síntese, o colapso do domínio do True Whig Party evidencia as limitações de um modelo político baseado na concentração de poder e na exclusão de amplos segmentos da população. Embora o partido tenha desempenhado papel relevante na consolidação do Estado liberiano, sua incapacidade de promover maior inclusão social

e política contribuiu para o enfraquecimento de sua legitimidade e para a ruptura da ordem estabelecida em 1980. Assim, a análise dos reflexos de sua hegemonia permite compreender como processos históricos de longa duração influenciaram a formação das crises políticas e sociais que marcaram a trajetória contemporânea da Libéria.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do monopólio político exercido pela elite americo-liberiana sobre o desenvolvimento socioeconômico e educacional da população nativa da Libéria entre os anos de 1822 e 1980. A partir da análise histórica da formação do Estado liberiano, da consolidação do domínio político do Partido True Whig (TWP) e das consequências sociais, econômicas e educacionais desse processo, foi possível compreender como as estruturas de poder construídas desde a fundação do país contribuíram para a manutenção de desigualdades que marcaram profundamente a trajetória da sociedade liberiana.

No primeiro capítulo, verificou-se que a fundação da Libéria constituiu uma experiência singular no contexto africano do século XIX. Embora o país tenha sido concebido como um espaço de liberdade para afro-americanos repatriados, sua organização política e social foi marcada pela constituição de uma elite que passou a controlar as principais instituições do Estado. O processo de repatriamento, os conflitos com as populações nativas e a busca pelo reconhecimento internacional revelaram que a construção da soberania liberiana ocorreu em meio a relações complexas de poder, identidade e exclusão.

No segundo capítulo, observou-se que a ascensão do Partido True Whig representou a consolidação política da hegemonia americo-liberiana. Ao controlar os principais mecanismos de representação política, a administração pública e os recursos estatais, o partido construiu um sistema de poder caracterizado pela limitada participação das populações indígenas nos processos decisórios. A exclusão política, administrativa, educacional e cultural não constituiu um fenômeno isolado, mas um elemento estrutural da organização estatal, contribuindo para a reprodução de privilégios e para a manutenção da concentração do poder ao longo de mais de um século.

No terceiro capítulo, constatou-se que os efeitos desse monopólio político ultrapassaram a esfera institucional e produziram consequências significativas sobre as condições de vida da população nativa. As desigualdades no acesso à educação, a concentração das oportunidades econômicas e a dependência em relação ao Estado limitaram as possibilidades de mobilidade social e aprofundaram processos históricos de exclusão. A educação, em particular, desempenhou papel central na reprodução das hierarquias sociais, funcionando como mecanismo de distinção e manutenção dos privilégios associados à elite governante. Da mesma forma, a concentração dos empregos públicos e dos recursos econômicos fortaleceu relações de dependência e dificultou a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que a hipótese inicialmente apresentada foi confirmada. O monopólio político exercido pela elite americano-liberiana contribuiu para restringir a participação cidadã da população nativa e limitar seu acesso a oportunidades educacionais, econômicas e políticas. Embora a Libéria tenha preservado sua independência em um contexto marcado pela expansão colonial europeia, a manutenção de estruturas excludentes impediu a construção de um processo mais amplo de integração nacional e de distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Além disso, verificou-se que muitas das fragilidades que culminaram na crise política de 1980 possuíam raízes históricas profundas. A concentração do poder, a exclusão social e a limitada representatividade das instituições contribuíram para o enfraquecimento gradual da legitimidade do regime, criando condições favoráveis para a ruptura da ordem política estabelecida. Nesse sentido, o golpe liderado por Samuel Doe pode ser compreendido não como um evento isolado, mas como expressão de tensões acumuladas ao longo de décadas de desigualdade e marginalização.

Por fim, esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre a história política e social da Libéria, evidenciando a importância de analisar as relações entre poder, educação e desenvolvimento na formação dos Estados africanos pós-coloniais. Espera-se que este estudo possa servir de referência para futuras investigações sobre os processos de exclusão social, construção da cidadania e formação das elites políticas no continente africano, bem como estimular novas reflexões sobre os desafios históricos relacionados à democracia, à inclusão e à justiça social.

Assim, conclui-se que o desenvolvimento da Libéria entre 1822 e 1980 esteve profundamente condicionado pelas estruturas de poder construídas pela elite americano-liberiana. A compreensão dessas dinâmicas históricas permite não apenas interpretar o passado liberiano, mas também refletir sobre os desafios enfrentados por sociedades marcadas por profundas desigualdades políticas, econômicas e educacionais.

## REFERÊNCIAS

- BAYART, Jean-François. *O Estado na África: a política da barriga*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1993.
- BERNAULT, François. *O Estado africano e a governança*. São Paulo: Editora Z, 2001.
- CLEGG III, Claude A. *The Price of Liberty: African Americans and the Making of Liberia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.
- COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9660>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- DILLON, E. C. *O papel da educação na ascensão e queda dos Americo-Liberianos na Libéria, África Ocidental (1980)*. Universidade W, 2008.
- DOÇAN, W. Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 1-19, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- DUNN, D. Elwood; BEYAN, Amos J.; BURROWES, Carl Patrick. *Historical Dictionary of Liberia*. 2. ed. Lanham: Scarecrow Press, 2001.
- ENGLEBERT, P. *Legitimidade do Estado e desenvolvimento na África*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HALL, Richard. Political Elites and State Formation in Liberia, 1822–1980. *African Affairs*, Oxford, v. 104, n. 415, p. 13-30, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/article/104/415/13/15433>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- HERMANN, Breno. *Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <https://funag.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- SAWYER, Amos. *The Emergence of Autocracy in Liberia: Tragedy and Challenge*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1992.
- SOUZA, Mônica Lima e. Histórias entre margens: retornos de libertos para a África partindo do Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 67-114, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/383>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- YATES, D. A. *O Estado rentista na África: dependência de rendas e neocolonialismo na República do Gabão*. São Paulo: Editora Z, 1996.